

Notas e informações

A Constituinte e a conspiração

A partir de hoje, a Assembléia Nacional Constituinte enfrenta seu maior desafio, enquanto representação do poder soberano que reside no povo brasileiro. Diante das reportagens que começamos a publicar, dando conta da trama que se montou contra o Estado brasileiro, a Assembléia deve dar a resposta devida sob pena de passar de público recibo de ser sujeita a influências externas, públicas ou não. Pesando bem as palavras, o que as reportagens desvelam é, a rigor, uma grande conspiração que tem dois objetivos muito claros: um, que se demonstra à saciedade nos documentos que divulgamos nesta edição, é reduzir a ação do Estado brasileiro em boa parte de seu território, a soberania sobre ele sendo compartilhada com os índios, que encontrariam nos "missionários" seus únicos amigos e defensores; outro, cujo véu começamos a levantar, é sustar a mineração na Amazônia, seja para preservar os minérios para as "grandes civilizações européias", seja para impedir que a exploração deles abale a posição de poderosos grupos internacionais controladores dos mercados e da maioria das operações que se fazem na Bolsa de Londres. Em suma, a Assembléia Nacional Constituinte deve tomar consciência de que a campanha em defesa do índio — feita junto a seus membros por um lobby tão mais eficiente quanto mais discreto, e capaz de mascarar seus reais objetivos — serve não para impedir "as brutalidades" a que se sujeitam os índios — como jovens austríacos ingenuamente mandaram dizer ao deputado Bernardo Cabral —, mas para atender à estratégia de grupos econômicos poderosos que desejam impedir o progresso do Brasil.

Antes de adentrar por outros caminhos, é conveniente deixar cristalinamente clara a nossa posição, na medida em que estão em jogo questões que envolvem tradicional atitude desta folha frente a problemas que vêm dividindo a nação brasileira há décadas: a soberania (e juntamente com ela a "grandeza") e o capital estrangeiro.

Adversários resolutos dos regimes militares e autoritários que governaram o Brasil, nunca recusamos a qualquer governo o apoio de que necessitava para defender e afirmar a soberania do Estado brasileiro. Ela é a condição de nossa existência e de nossa sobrevivência enquanto nação, num mundo que pretendemos venha a entender-se sob a égide de uma organização internacional ou supranacional, mas que infelizmente ainda é um mundo de Estados-nações, portanto soberanos. Ora, a tese da soberania restrita, que a ação do Conselho Mundial das Igrejas Cristãs deseja ver consagrada para os territórios habitados pelos índios da *Amazônia americana*, fere frontalmente nossa visão do que seja o Brasil, além de contribuir fatalmente para que os sonhos de "grandeza" assentados no progresso social e na integração nacional possam realizar-se. Além do que, é preciso con-

siderar que as nações indígenas que exerceriam teoricamente soberania sobre essas regiões seriam, ao fim e ao cabo, meros joguetes nas mãos de grupos estrangeiros, constituindo-se em verdadeiros enclaves dentro do território sob jurisdição de fachada do Estado brasileiro. O território do Brasil, tal qual resultou dos avanços de sua gente e do trabalho de sua diplomacia, teria sua integridade ameaçada.

No que tange aos grupos estrangeiros que estão por detrás de toda a trama, é preciso ver que eles desejam que a Amazônia permaneça inexplorada por empresas nacionais, ou multinacionais, indistintamente. Não se trata, para aqueles que orquestram a campanha em favor de atribuir aos índios o usufruto exclusivo do solo e do subsolo e suas riquezas minerais — que só seriam exploradas se fossem necessárias ao mercado interno —, não se trata, dizíamos, de desejarem eles trabalhar na Amazônia. O que querem é que ninguém lá penetre para que, permanecendo os minérios inexplorados e sem cultivo a terra, possam manter suas posições de privilégio no mundo internacional de negócios. E contra tais grupos, que pretendem impedir o livre exercício da soberania brasileira e a afirmação do Brasil no mercado mundial, que a Assembléia Nacional Constituinte deve erguer-se.

As matérias que publicamos hoje — basicamente a exposição dos documentos fidedignos a que tivemos acesso — dão conta de que se trata de fato de uma ação concertada a nível internacional, a qual conseguiu progressos consideráveis graças ao silêncio que cercou suas manobras, e especialmente graças ao fato de muitos dos que coordenam a ação mais ampla terem desviado a atenção da opinião pública para assuntos outros, de grande importância, mas não da relevância desses, que atingem a soberania do Estado brasileiro. Pelo que se sabe, o Conselho Indigenista Missionário conta com 438 deputados e senadores a favor de suas proposições, além de esperar fazer chegar à Assembléia, até o próximo dia 12, emenda popular com dezenas de milhares de assinaturas destinadas a dobrar a opinião dos constituintes. Nunca, na história do Brasil, viu-se tamanha mobilização em torno de uma causa — e mobilização feita com dinheiro colocado à disposição do Conselho Mundial das Igrejas Cristãs já em 1981, conforme se lê nos documentos em questão.

Na verdade, escarnece-se do Brasil no Exterior. Essa é a verdade nua e crua, doa a quem doer. Enquanto a esquerda e os babuques gritam *slogans* contra o Fundo Monetário Internacional e o capital estrangeiro que é investido no Brasil para desenvolver nossas riquezas e dar trabalho a brasileiros, silenciam diante de manobra claramente orquestrada pela qual cidadãos austríacos, instrumentados por agentes internacionais sem pudor de espécie alguma, reclamam da Assembléia Nacional Consti-

tuinte que reduza a soberania do Brasil sobre parte de seu território. Os cerca de 47 mil jovens austríacos que assinaram a "sugestão popular nº 001", protocolada em 20 de julho deste ano na Assembléia Nacional Constituinte, imaginavam estar defendendo os índios brasileiros, sujeitos a "brutalidades". Os que idealizaram a campanha não agiam com essa inocência — sabiam que o objetivo das assinaturas era forçar uma definição dos constituintes em favor de suas teses.

A Comissão de Sistematização protocolou uma sugestão de emenda à Constituição brasileira vinda do Exterior; na Constituinte não se ergueu voz alguma contra a intromissão indevida (ainda que a pretexto humanitário). E justo que aqueles que combatem o projeto *Calha Norte*, acusando-o de ter sido elaborado sem ser ouvido o Congresso e as nações indígenas, sintam-se triunfantes. Quando uma Assembléia Constituinte consente que vozes estrangeiras se pronunciem sobre assuntos nacionais, tudo é permitido.

Essa conspiração — cujos pormenores começamos a publicar hoje — vem a furo no momento oportuno. Diante dela é necessário que as esquerdas se definam: ou defendem o índio de acordo com as reivindicações do Conselho Mundial das Igrejas Cristãs e dos poderosos grupos que na sombra financiam essa imensa operação — e então servem a interesses estrangeiros marcadamente e de fato antinacionais — ou se dispõem a rever sua posição, concordando com a exploração da Amazônia de acordo com normas econômicas que respeitem o índio e a ecologia, mas não afrontem o Brasil e lhe propiciem o desenvolvimento. Diante dessa conspiração, em segundo lugar, é indispensável que as posições de cada um se aclarem; sim, porque na verdade, quando o Cimi, presidido por um bispo estrangeiro, coloca em dúvida (como mostraremos nas reportagens a seguir) a primazia das fronteiras nacionais sobre princípios ideológicos, faz-se mister saber a quem e para que serve o privilégio concedido a padres estrangeiros, rotulados de missionários, de poderem rotular as leis e as decisões brasileiras em nome de uma missão que o Estado leigo não pode admitir lhe seja imposta como norma metajurídica inspiradora de sua Constituição.

A defesa do índio não pode ser pretexto para diminuir o Brasil. Nem muito menos pode o índio ser o escudo atrás do qual se escondam interesses antinacionais esgrimidos por quantos, dizendo-se cristãos, apenas desejam impor ao Brasil regras nada humanas de conduta na selva das relações econômicas internacionais. A Assembléia Nacional Constituinte deve meditar sobre suas decisões a respeito dos silvícolas, sob pena de transformar-se numa reunião constituinte de interesses estrangeiros, deixando de ser a Assembléia Constituinte da nação brasileira.